

# Educação e Neoliberalismo

*Francisco Horacio da Silva Frota\**

---

---

## Resumo:

Procura discutir a educação num contexto de economia globalizada em que o neoliberalismo é emblemático. Aponta alguns aspectos desta globalização na América Latina e alerta para o perigo de uma postura de aceitação de todas as reformas com base no critério de já ser verdade nos demais países do Mundo. Discute as mudanças na visão do empresariado brasileiro, no que tange à educação e questiona as propostas de reforma com base apenas no interesse empresarial. Salienta a necessidade de os profissionais da educação compreenderem o atual contexto vivido pelo País e pelo Mundo e lutarem por uma prática educativa comprometida com a cidadania.

**Palavras chave:** educação - neoliberalismo - reforma do ensino

## Abstract

This article aims to discuss education in a context of global economy in which neoliberalism is emblematic. It points to some aspects of this universalization in Latin America as well as calls the attention to the danger of an attitude of approval of all reforms based on the criterion of being already a truth in other countries. The article discusses the changes in the points of view of brazilian entrepreneurs, concerning to education, and calls into question the reform proposals which are based solely upon entrepreneurial interests. It emphasizes the necessity of workers in education to understand the present context of our country and of the world and to struggle for an educative practice concerned with citizenship.

**Key-words:** education - neoliberalism - teaching reform

---

\* Professor da Universidade Estadual do Ceará - UECE; Mestre em Educação pela UFC e doutorando em Sociologia da Educação e do Trabalho na Universidade Complutense de Madrid.

O mundo vive o desenvolvimento de uma crise profunda e global. No seu interior aconteceu o incremento de uma crise terminal do Socialismo Real, crise do Estado de Bem Estar e a debilidade (ou fracasso) das tentativas do Terceiro Mundo de sair do subdesenvolvimento. É uma conjuntura na qual os países do Leste Europeu se destroem em lutas fratricidas e em outros recantos da terra as guerras e a fome traduzem um drama vivido por um mundo com amplas possibilidades de regressão social e onde o neoliberalismo é emblemático.

Nestas transformações, que afetam todas as dimensões da condição humana, a globalização se manifesta tanto ao nível econômico quanto ao da demografia, da pobreza, do emprego, das enfermidades endêmicas, do comércio de drogas e da deterioração do meio ambiente, entre outras coisas.

Todos estes acontecimentos estão impondo uma reflexão específica sobre uma conjuntura que não somente se caracteriza pela globalização da economia como também pela atualidade de conceitos e expressões, tais como: competitividade; qualidade total; flexibilização do mercado de trabalho e de setores com elevados níveis de padronização; ampliação dos aparelhos de precisão (mecânica fina); participação de máquinas complexas na produção; permuta das matérias-primas; presença significativa da biotecnologia; terciarização da produção; neoliberalismo; políticas de ajuste econômico e tantos outros termos e expressões que já fazem parte do cotidiano da política, da vida empresarial e dos que trabalham nas redações de jornais ou freqüentam salas e auditórios das incontáveis instituições de ensino e pesquisa do Planeta.

O vai-e-vem das políticas econômicas nos últimos trinta anos se destaca pelo fato de conter as relações de trabalho no centro da crise. As mudanças tecnológicas e os novos princípios da organização capitalista do trabalho apontam para novos paradigmas produtivos e fazem surgir diferentes formas de entender os nexos entre desenvolvimento tecnológico científico, organização do trabalho e educação.

Com este nível de globalização da economia e dos problemas daí decorrentes, a configuração desta ordem internacional se tornou um fator de suma importância. Na verdade, obriga sejam as políticas nacionais pensadas como um conjunto de definições interdependentes, sem esquecer que, mesmo fazendo parte de um todo devem ser buscados certos graus de liberdade das restrições impostas.

As opções relativas às novas tecnologias não podem ser pensadas como algo que já está dado, pois uma política tecnológica nunca é neutra. O fato de se definir como utilizar tal e qual tecnologia, saber se as mesmas devem ser implementadas e aonde vão ser desenvolvidas é fruto de uma

definição política. Da mesma maneira que o desenvolvimento do computador pode permitir maior envolvimento da sociedade na gestão dos assuntos públicos, também pode ser utilizado como instrumento de controle social e reforço do poder das burocracias centrais.<sup>1</sup>

Para os Países de economia periférica, como é o caso do Brasil, é bastante complexo o processo chamado de revolução tecnológica, pois não é nada fácil seguir este novo padrão de acumulação. A globalização define um nível tecnológico de acordo com os interesses dos Países capitalistas avançados que, por sua vez, além de monopolizarem sua criação, administram seu uso, ficando para os demais o desafio: como se tornar competitivo quando dependem de tais tecnologias mesmo quando não possuem poder de compra, não dispõem de base consolidada de escolaridade e não possuem base tecnológica adequada a este novo momento?

No entanto, a saída das elites latino-americanas tem estado de acordo com o discurso dos teóricos neoliberais e dirigentes dos países centrais no sentido de que a eficiência de uma economia se encontra determinada pelo grau de integração competitiva no mercado mundial e pelo processo de inovação tecnológica alcançada para poder competir melhor com o processo de modernização tecnológica produtiva. Esta compreensão, politicamente hegemônica na AMÉRICA LATINA e no mundo, traduz como sendo objetivo central para as economias periféricas a busca da modernização e da modernidade, que em, outras palavras, se trata da corrida pela competitividade de mercado e progresso técnico.<sup>2</sup>

Seguindo a mesma lógica e fazendo parte do mesmo discurso também se destaca a argumentação reservada à educação formal: a educação deve ter como objetivo a vida do trabalho e as escolas, principalmente as públicas, devem formar melhor seus alunos para a concorrência nacional e internacional. Não sendo de estranhar que proliferem novas propostas para educação na América Latina defendendo uma melhor qualidade da educação, gerência para uma qualidade total no ensino e tantos outros termos próprios do mundo empresarial.

Esse ressurgir da teoria do capital humano, mesmo se reconhecendo que não é exatamente com a mesma formulação da que foi apresentada em outra década, se inscreve num amplo processo de definição e redefinição das esferas sociais, políticas e pessoais que está em curso. No momento,

---

<sup>1</sup> ONINAMI, C. *El sistema internacional y América Latina - La tercera revolución industrial*, Grupo Ed. Latinoamericano, Buenos Aires, 1986.

<sup>2</sup> ROITMAN, M. *América Latina en el Proceso de Globalización "Los límites de sus proyectos"* - UNAM, México, 1994..

complexos mecanismos de significação e representação estão sendo utilizados para garantir uma legitimação necessária ao sucesso destas políticas que estão de acordo com a óptica internacional.

### **América Latina num contexto de revolução tecnológica**

As novas tecnologias podem abrir inúmeras oportunidades para os países periféricos, haja vista que a flexibilização das atividades produtivas permite alterações significativas no seu mercado interno, podendo superar tradicionais problemas de tamanho reduzido destes mercados e garantir uma produção mais adequada às condições de cada país. A flexibilização possibilitada por estas novas tecnologias pode redefinir os processos de industrialização, tendo condições de criar complexos produtivos a partir dos recursos naturais de cada região.

As dificuldades de integrar países como o Brasil, um quase continente, e ao mesmo tempo ampliar o processo de autonomia dos Estados e Municípios podem ser amenizadas com todas as inovações na área das comunicações. Bem assim, a informática pode se constituir numa grande arma para tornar a máquina administrativa e o Judiciário em algo mais eficiente, de custo mais reduzido e mais próximo do cidadão.

A biotecnologia também abre enormes possibilidades para um continente que ainda tem na agricultura uma de suas maiores fontes de divisas e que convive com enormes contingentes de trabalhadores que vivem na miséria e enfrentam todos os tipos de adversidades. A possibilidade de exploração de terras áridas, o controle das águas, o melhoramento das sementes, a solução de problemas como os da salinização podem ser alguns dos desafios para a biotecnologia e uma forma de a ciência se colocar a serviço de políticas agrícolas voltadas para superação de problemas seculares.

No entanto, como dito, esta opção é de natureza política. Dependendo de como os diversos países de economia periférica enfrentem os desafios tecnológicos, isso pode significar grande oportunidade ou se constituir num perigo para sociedades marcadas pela exclusão social.

Ao lado de possibilidades alentadoras como as cogitadas nos parágrafos anteriores, também podem predominar políticas que não favoreçam um desenvolvimento técnico científico voltado para os reais problemas da América Latina e ou dos países em questão. A robótica e a automação dos processos produtivos implicam, entre outras consequências, numa diminuição do componente salarial na estrutura dos custos. Por esta via, os países de economia central buscam recompor seu nível de competitividade. Todavia, isso não deve significar somente vantagens para o capital, a

modernização produtiva não pode ser apenas sinônimo de modificações drásticas dos processos produtivos e geração de contratos mais flexíveis ou, melhor dizendo, desenvolvimento de um processo de perdas das poucas e difíceis conquistas dos trabalhadores.

Da mesma forma do que foi comentado a respeito da flexibilização, também se pode dizer com relação ao fenômeno da terciarização, do *toyotismo*, da possibilidade de pequenas empresas se articularem com outras maiores para obterem uma produção mais adaptável ao mercado. Pois, como no caso anterior, também está presente a possibilidade de camuflagem de relações trabalhistas sem as devidas garantias, tornando-as, na prática, relações mais parecidas com as de um subemprego.

As investigações de novos materiais e as pesquisas em biotecnologia têm que ser traduzidas em benefícios reais para países que ainda se caracterizam por uma economia com forte componente exportador de matéria prima e que estão tendo de se defrontar com uma economia globalizada que tendencialmente reduz o consumo de matérias primas tradicionais, substituindo-as por materiais sintéticos.

Também na América Latina, como nos demais continentes, este debate é muito atual. É verdade que uma atitude de abandono em decorrência da eleição de outras prioridades ou uma opção pela marginalização internacional não é a saída. No entanto, não se pode, em nome do progresso esquecer o passado e acreditar que a globalização da economia também implica em alternativas semelhantes para todos os países. O que foi bom para os Estados Unidos, Japão e Alemanha não implica que seja a solução para países como Bolívia, Honduras, Chile, México ou Brasil. De igual modo, também é necessária clareza de que o impacto destas mudanças não ocorre igualmente sobre todas as classes sociais: é preciso se saber quem vai pagar os custos da modernidade.

### **América Latina num contexto de neoliberalismo**

Desde 1944, os postulados do neoliberalismo estavam apontados por Friedrich Hayek, no livro *Os Caminhos da Servidão*, e pelos autores que assinaram o manifesto da *Société du Mont Pélérin*. A leitura deste livro é importante na atualidade porque nele já está posto, de maneira clara, o que hoje o mundo vivencia. Apresenta um ataque contra todas as limitações dos mecanismos de mercado por parte do Estado e denuncia como sendo estas limitações grande ameaça a liberdade econômica e política.

Para Hayek e seus companheiros de manifesto, a raiz das últimas crises encontra-se no poder demasiado dos sindicatos e, de forma mais geral,

do movimento operário, por corroer as bases do processo de acumulação capitalista e aumentar os gastos sociais com manifestações, greves e lutas por aumento salarial.

A solução para estes autores também não é muito diferente das medidas encaminhadas pelos neoliberais da atualidade: manter um Estado forte em sua capacidade de eliminar o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro. Eles asseveram, que a fortaleza do Estado tem que estar acompanhada do controle do dinheiro, da redução dos gastos sociais e das intervenções econômicas com vistas à estabilidade monetária.

Neste receituário de 1944, também estava prescrita uma disciplina orçamentária com a redução dos gastos com bem-estar e restauração dos índices naturais de desemprego, como forma de criação de um exército de trabalho para romper os sindicatos.

Contudo, mesmo que estas idéias estejam sendo defendidas desde o final da Segunda Guerra Mundial, somente em 1979, houve oportunidade de estes postulados serem postos em prática, com o governo da Senhora Thatcher- experiência inglesa que foi a primeira de uma série a modificar o contexto econômico e político mundial: Reagan na presidência dos Estados Unidos (1980); Kohl, depois de Helmut Schmidt, na Alemanha (1982) ; Schluter, na Dinamarca (1983); mudança de orientação política em França (1982, 1983); governos de direita que chegaram em França, na Itália e estão chegando à Espanha; sem falar nos países da América Latina que desde Pinochet, no Chile, se neoliberalizam numa escalada permanente.

Nesta década de neoliberalismo, qual foi o saldo para todos estes países que seguiram a Inglaterra? Na verdade, houve uma diminuição da inflação e um aumento da taxa de lucro. No entanto, o que é importante ser destacado é que não houve um correspondente crescimento desses países, mas um aumento do desemprego e da desigualdade social.

Nos países da OCDE, a inflação diminuiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, continuando a diminuir até os anos 90. A taxa de lucro dos anos 70 era de 4,2% e, nos anos 80, aumentou para 4,7%. Contudo, como aqui destacado, a taxa de desemprego de 4% dos anos 70 duplicou na década de 80. Sendo que os valores da bolsa aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários dos trabalhadores.

Na América Latina, são inúmeros os estudos que demonstram, como especificidade da economia da latino-americana, a desigualdade, a exploração e o espaço dominado pelos interesses das empresas transnacionais. O que nem sempre se diz é que a América Latina conheceu durante um longo período uma taxa de crescimento superior ao conjunto dos Países da OCDE e que, deste fato, se pode observar dois aspectos importantes para uma análise

da conjuntura atual: primeiro, que, mesmo sem uma política neoliberal, a América Latina alcançou uma taxa de crescimento de 6,7% anuais (o mundo, em seu conjunto, não chegava a mais de 5,9%) e, durante o mesmo período, a indústria latino-americana teve uma elevação de 4 a 5% da produção mundial; segundo, que crescimento econômico não é sinônimo de equidade social, posto que referido crescimento não modificou a situação de pobreza e indigência de grande parte da sociedade, como se pode aferir da análise dos quadros seguintes.

**Crescimento comparado dos Estados Unidos da América e da América Latina**

<b>América Latina</b>			<b>Estados Unidos da América</b>		
Anos	Crescimento do produto	Coefficiente de inversão	Anos	Crescimento do produto	Coefficiente de inversão
1950-60	5,1	20,5	1869-73 a 1877-81	6,5	18,9
1960-70	5,7	20,0	1882-86 a 1892-96	3,3	22,3
1970-80	5,5	24,0	1891-1901 a 1902-06	4,5	23,0
1950-80	5,5	21,5	1869-73 a 1902-06	4,8	21,4

Fonte: V. Tokman y N. Garcia, *Acumulación, empleo y crisis*. PREALC.

**Crescimento comparado da OCDE e da América Latina**

	<b>1970 - 1973 (porcentagem)</b>	<b>1967 - 1979 (porcentagem)</b>	<b>1980 - 1981 (porcentagem)</b>
OCDE	5,0	4,2	1,3
América Latina	7,2	5,5	4,6

Fonte: V. Tokman e N. Garcia, *Acumulación, empleo y crisis*. PREALC.

**Pobres e indigentes**

Países	Porcentagem de famílias abaixo da linha de pobreza		Porcentagem de famílias abaixo da linha de indigência	
	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
Argentina	5	19	1	1
Brasil	35	73	15	42
Colômbia	38	54	14	23
Costa Rica	15	30	5	7
Chile	12	25	3	11
Honduras	40	75	15	57
México	20	49	6	18
Peru	28	68	8	39
Uruguai	10	-	4	-
Venezuela	20	36	6	19
América Latina	26	62	10	34

Fonte: Cepal, 1980

Depois do dramático processo de mudança do final da década de oitenta, o mundo se encontra frente ao desafio de um novo século herdando as relações assimétricas entre o Norte e o Sul, ou entre centro e periferia, que tendem a ser mais contraditórias nesta nova conjuntura de mundo globalizado.

Na América Latina, as experiências neoliberais nasceram com a marca da violência generalizada. O Chile de Pinochet, inspirado em Friedman<sup>3</sup>, promoveu mudanças tendo como sustentáculo uma ditadura militar sangrenta, quando todos os direitos de cidadania foram negados, os opositores políticos perseguidos, presos e mortos. Mas, como diz Perry Anderson, tal experiência

---

<sup>3</sup> Um dos companheiros de Hayek

não foi contraditória com os pressupostos neoliberais, haja vista que, para Hayek, a democracia jamais foi um valor central.

Seguindo o Chile, com maior ou menor grau de sofrimento para as grandes massas de excluídos, a experiências foram acontecendo na Argentina, México, Brasil e pelos demais países. Quase todas as opções políticas e de governo atual estão apontando para uma direção conservadora e neoliberal na hora de definir as estratégias de futuro.

Contudo, se acredita que, às portas do Século XXI, a América Latina ainda tem como desafio encontrar um caminho para seu desenvolvimento.

No informe do Banco Mundial, de 1990, no item sobre o desenvolvimento das nações, se encontra destacado que em nenhuma região subdesenvolvida são tão agudos os contrastes entre riqueza e pobreza como na América Latina e no Caribe.

O desemprego e o subemprego se encontram entre os problemas mais agudos do mundo contemporâneo. Na América Latina, o problema não é novo. Já em 1970, estimativas feitas pelo Programa Regional do Emprego para América Latina e Caribe (PREALCC) mostravam que a subutilização da mão-de-obra (desemprego e subemprego) era de 28%, sendo que, na década de 80, esta situação piorou e chegou a alcançar a substituição total da população ativa em 42%.<sup>4</sup>

Simultaneamente, baixaram os salários reais e, ao mesmo tempo, foi reduzida a segurança no emprego. Houve um aumento na proporção de trabalhadores precários, de dedicação parcial com contratos de duração limitada e cresceu o número de empresas que utilizam a subcontratação.

No âmbito rural, estão se dando mudanças no mercado de trabalho. Antes, a crise do emprego se encobria com o subemprego, cujas características eram os baixos salários e períodos de inatividade. Agora, está aparecendo com toda a clareza o desemprego como resultado do fenômeno da modernização capitalista. Por outra parte, aumentou a proporção do emprego temporal em relação ao emprego total com a conseqüente diminuição da proporção de emprego permanente.

A modernização capitalista da agricultura libera considerável quantidade de mão-de-obra. Os diaristas, também chamados de bóias frias, não possuem seguridade social e, em muitos países, nem proteção no trabalho.

O desemprego dos adultos coexiste com o trabalho das crianças em quase todos os setores da economia. Milhões de crianças entre os 10 e 14

---

<sup>4</sup> OIT, *El trabajo en el mundo*, 1992. P.44

anos realizam trabalhos que levam muitas horas ou são demasiado duros para sua idade. Só no Brasil calcula-se que trabalham mais de 7 milhões de crianças, o que significa serem aproximadamente 18% das crianças brasileiras de 10 a 14 anos economicamente ativas.<sup>5</sup>

O informe do PNUD sobre o desenvolvimento humano, correspondente a 1993, chama a atenção sobre um fenômeno novo que está se dando na economia mundial: o crescimento sem emprego, ou seja, o problema de não existir uma relação entre o ritmo de crescimento econômico e o de criação de empregos. Pode acontecer, e está acontecendo, crescimento econômico sem crescimento no emprego.

Entre as causas deste fenômeno se encontram a utilização, cada vez em maior escala, de tecnologias intensivas em capital e poupadoras de mão-de-obra.

Uma realidade deploravelmente notável, sem precedência nos últimos anos nas sociedades latino-americanas, é o crescimento alcançado pela pobreza.

Os estudos mais rigorosos, feitos pelo *Projeto Regional para a Superação da Pobreza* do PNUD, mostram que em 1986, perto de 250 milhões de pessoas se encontravam em condições de pobreza, isto é, 62% do total de habitantes da América Latina. Calcula-se que seu número alcançou os 270 milhões em 1990, 62% da população total, sendo que mais da metade dessa população situava-se na faixa de pobreza crônica.

Em geral, os pobres da América Latina têm salários médios equivalentes ao 55% da linha de pobreza, apenas por cima da condição de indigência.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> idem, p.14.

<sup>6</sup> A linha da pobreza tem por base um salário equivalente ao dobro do custo da cesta básica de alimentos, significando dizer que as pessoas com estes salários podem se alimentar e resolver algumas necessidades básicas. A linha da indigência é definida somente por uma cesta básica e os indigentes são as pessoas que recebem menos do que o valor da cesta, ou seja, pessoas que, ainda que dediquem toda a renda na alimentação ainda não é suficiente nem para se nutrir.

**Estimação da pobreza 1990 - 2000, segundo diversos métodos  
(por milhares de pessoas e porcentagens )**

	1990 - Pessoas %		2000 - Pessoas %	
População Total	437.178	100	526.270	100
Medição integrada da pobreza				
– não pobres	167.002	38,2	229.980	43,7
– pobres	270.176	61,8	296.290	56,3
Estimativas segundo outros métodos				
– o da linha da pobreza	203.725	46,6	232.085	44,1
– o das necessidades básicas insatisfeita	209.845	48,2	207.877	39,5

PNUD. Projeto Regional para a Superação da Pobreza.  
Magnitud y evolución de la pobreza en América Latina. Revista Comercio Exterior. Vol.42.Nº4.  
México - 1992

A análise da saúde na região se inscreve nas tendências relativamente contraditórias nesta esfera da escala mundial. Os notáveis avanços da tecnologia médica representam importantes possibilidades para manter a saúde no mundo, e a atenção primária foi ampliada para obter metas destacadíssimas na redução da mortalidade infantil.

No entanto, a presença de enfermidades que já eram consideradas em retrocesso, ao menos em certas regiões, como a cólera, a lepra, ou a tuberculose, e o surgimento de novas epidemias, como a AIDS, além das dificuldades progressivas na prestação de serviços sociais, representam obstáculos para alcançar novas metas de saúde.

Segundo os dados do Banco Mundial, 130 milhões de pessoas, um terço da população da região, não têm acesso aos serviços de saúde.<sup>7</sup>

### **América Latina e suas políticas sociais**

A política ortodoxa de estabilização, com suas limitações estritas do gasto público, teve efeitos contraproducentes nos serviços sociais e no sistema estadual de segurança social em todos os países da América Latina.

Nos países da Europa a, desregulação financeira criou melhores condições para inversões especulativas do que produtivas. Na América Latina, depois de anos de políticas neoliberais, a problemática social, que

<sup>7</sup> *Human Resources in Latin América and the Caribbean* . The World Bank Washington, D. C. Enero, 1993, p.26.

antes já era grave, foi se aprofundando de maneira dramática. De acordo com a política econômica de privatização, a maioria dos governos latino-americanos está seguindo também uma política explícita de privatização dos serviços sociais. Em primeiro lugar, se discute a privatização da previdência social para a velhice e do sistema de saúde e seguro enfermidade; logo em seguida, se desenvolve o debate pela privatização do sistema educativo. A perda de qualidade do sistema estatal de educação e as perdas quantitativas e qualitativas no setor estatal da saúde estão ajudando ao crescimento da iniciativa privada nestas áreas.

No Chile é onde a política de privatização está mais avançada. Ali foram privatizados o sistema de pensões e o sistema de seguro a enfermidade.

No México, a intensa problemática social decorre da má distribuição da renda e de alta concentração da riqueza, e não do subdesenvolvimento em abstrato. Os cálculos baseados em dados oficiais demonstram que os 10% das famílias mais ricas incrementaram sua participação na renda de 32,77%, em 1984, de 37,93%, em 1989 e 38,16%, em 1992, mesmo quando a parte referente aos 10% mais pobres tenha baixado de 1,72% para 1,58% e 1,55% nos mesmos anos.

No México, a situação social é tão séria que o contexto de uma crise política prolongada ameaça arrastar o país inteiro a um conflito. O levante índio camponês dirigido pelo *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* é a expressão extrema das tensões e contradições criadas pelo projeto da fração governante do *Partido Revolucionário Institucional (PRI)*.

O Brasil (não é muito distinto do México), no último informe do Banco Mundial, foi citado como sendo o maior concentrador da renda do mundo, perdendo apenas para uma pequena e desconhecida nação. O resultado deste feito é uma violência urbana como se o País já estivesse em plena guerra civil, aliás também está classificado entre os mais violentos e *estressantes* do mundo.

O efeito político econômico, potencialmente desestabilizador desta políticas, têm levado o Banco Mundial e os organismos de desenvolvimento regional a se preocuparem com a problemática social no marco do ajuste estrutural: para a consolidação democrática e a estabilidade política é indispensável estabelecer as condições que aprofundam e acrescentam a solidariedade e o equilíbrio social. Os governos necessitam dos discursos sociais para compensarem os descontentamentos com as políticas econômicas.

A crise tem evidenciado a necessidade de um desenvolvimento não só econômico, mas também social. Isto repercutiu nos programas econômicos de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI, acompanhados agora de

programas sociais compensatórios. Neste contexto, a política social estatal não só experimenta uma revalorização, como também uma reorientação. A orientação a grupos-meta e a luta contra a pobreza, por um lado, e a privatização, a desregulação e a descentralização, por outro, são as novas orientações da ação política social.

A promoção de programas seletivos de pobreza, em vez de políticas sociais integrais e universais, se explicam pelo fato de estar se tornando impossível a permanência da política econômica neoliberal básica com o abandono, pelo Estado, da responsabilidade de ser o principal financiador e organizador da proteção e dos serviços sociais. O argumento básico para as políticas seletivas defendidas pelas agências internacionais é que o Estado deve dedicar seus esforços a garantir o mínimo de bem estar social para os pobres. Conclusão a que chegaram, após a evidência de que a crise econômica, a crise orçamentária estatal e os cortes orçamentários tendo por base as necessidades de ajustes estruturais<sup>8</sup>, estão fazendo com que o sistema estatal de serviços sociais estejam em crescente dificuldades financeiras.

As críticas feitas à política social tradicional da América Latina, e sua crise atual, deram lugar a novas orientações em matéria político-social para os anos 90. Desde alguns anos, estão-se ensaiando tais propostas em alguns países latino-americanos.

As mencionadas críticas às deficiências da política social tradicional, unidas à crescente pobreza, desencadearam na América Latina um debate sobre estratégias políticas-sociais, universalistas ou seletivas, isto é, dirigidas a grupos-meta determinados. A justiça de uma política social universalista, que inclui todos os setores da população, está fundamentada na responsabilidade social que tem o Estado de garantir o acesso à educação, à saúde, à alimentação, moradia e assistência na velhice a todos os cidadãos. Não há dúvida de que uma orientação da política social do Estado voltada exclusivamente para grupos- meta específicos acarreta injustiças sociais, haja vista que exclui outros grupos próximos - como é o caso de uma estratégia orientada aos pobres e que exclui uma classe média empobrecida (v., entre outros, CEPAL, 1988, 1989, 1990; Sojo 1990) .

O PRONASOL, no México, proporciona um discurso que apresenta o governo como comprometido com o bem-estar da população empobrecida, mas que permite manter os princípios básicos de sua política econômica. É

---

<sup>8</sup> Além das elevadas taxas de inflação, das explosões de gastos no setor da saúde (entre outros), da redução das cotizações devido ao crescimento do desemprego e da queda dos salários reais, dos atrasos no pagamento de cotas e impostos, da corrupção e de uma crescente incapacidade de pagamento por parte do Estado em razão as elevadas exigências do serviço da dívida.

um programa que também se apresenta como a prova de que a doutrina governamental é o liberalismo social e não o neo-liberalismo. Além de tudo, a ênfase no PRONASOL permite ao governo escamotear sua responsabilidade no sucateamento das principais instituições de bem-estar social e seu impulso ao processo de privatização seletiva de previdência social, educação e saúde.

O acelerado empobrecimento e a extensão da pobreza são os pontos de referência obrigatórios na avaliação político-social mexicana e, particularmente, do Programa Nacional de Solidariedade. Sua análise adquire uma importância que vai muito além do que está acontecendo no próprio México, pois vem se convertendo num caso paradigmático dos programas de combate à pobreza promovidos por organismos financeiros internacionais, particularmente o Banco Mundial, para reduzir as turbulências sociais e instabilidades políticas provocadas pela aplicação das políticas de ajuste e mudança estrutural, tanto na América Latina como na África.

A necessidade de intervenções de maior alcance para lutar contra a pobreza convertem hoje as estratégias orientadas a grupos-meta na tendência predominante da política social estatal. Por uma parte, são utilizados argumentos de uma política prática de que o limite dos financiamentos e recursos financeiros exige a concentração dos meios disponíveis nos setores mais necessitados da sociedade. Por outra parte, a concentração em agrupamentos específicos responde também à necessidade de uma nova orientação que se estende aos setores mais pobres da sociedade que, até o momento, não estão amparados pelos sistemas tradicionais de assistência social (v. Sojo 1990; CEPAL 1988; 1990; Isuani 1985; Rodriguez Noboa 1990).

Os Fundos de Inversão Social (FIS) constituem a parte essencial da estratégia político social orientada aos pobres, recomendada pelo Banco Mundial como compensação dos custos sociais da política de ajuste estrutural da América Latina. Os fundos sociais foram implantados e provados pela primeira vez na Bolívia, em 1985, atendendo a recomendação do Banco Mundial. Até o momento já foram implantados no Chile, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Panamá, Nicarágua, México, Peru, Uruguai e Venezuela (v. ILPES 1991).

No Brasil de Collor, estava em moda programas para os *descamisados*, base do seu liberalismo social, e, no de Cardoso, já se começa a falar nas *comunidades solidárias*, programa social de um governo que se proclama social democrata, mas que governa com significativo apoio das elites dos governos passados.

A América Latina é prisioneira desta dinâmica. O mundo está vivendo novo projeto de integração e as relações entre racionalidade técnica,

organização do trabalho e educação em países da AMÉRICA LATINA se fazem num contexto de contradições e desafios. Estas relações são complexas nos países de capitalismo avançado e, quando se trata de países como o Brasil- não existe espaço para dúvidas- são nexos muito mais complicados.

### **Educação como manifestação destas novas políticas sociais**

Como especificidade das políticas sociais, formuladas com orientação dos organismos internacionais, deve ser destacado o papel da educação na estratégia neoliberal. Este campo ocupa um lugar privilegiado na sua luta por hegemonia, o que se torna evidente quando da busca de legitimação das técnicas de governo, regulação e controle social.

O ajuste neoliberal se manifesta no campo educativo como um retorno da teoria do capital humano com roupagem um pouco mais social. Os grandes mentores deste processo são Banco Mundial, BID, UNESCO, OIT e os organismos a eles vinculados. Os grandes grupos econômicos e os organismos que os representam disputam o controle privado da nova base técnica que é uma característica deste final de século.

Frigoto, estudando tal tema, aponta como significativa a compreensão que se deve ter da mudança havida na relação entre homens de empresa e sistema educacional. Contudo, continua afirmando que a exclusão é a marca de um processo técnico que está subordinado à lógica do lucro.<sup>9</sup>

As principais críticas feitas à teoria do capital humano na década passada ainda continuam válidas. Entretanto, as condições sociais, políticas e econômicas não são as mesmas, nem no Brasil nem no mundo, o que significa a necessidade de novas formulações.

Conceitos como os de globalização, qualidade total, flexibilidade, trabalho enriquecido, reengenharia e círculos de qualidade estão se tornando cada vez mais comuns no dia-a-dia dos empresários, nos debates, nos congressos e em muitos outros locais. Em termos concretos a tradução desses conceitos se realiza nos métodos que procuram otimizar tempo, espaço, energia, matéria-prima, trabalho vivo, aumento de produtividade, qualidade dos produtos e, como resultado, o nível de competitividade e a taxa de lucro.

A defesa da escola básica na América latina por parte dos empresários se desenvolve como manifestação das transformações nas estruturas produtivas. No Brasil, até muito pouco tempo, a compreensão dominante entre os empresários era a da necessidade de uma educação somente na

---

<sup>9</sup> FRIGOTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P. e SILVA, Tomaz T. (Org). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*, Vozes. Petrópolis, 1994.

perspectiva do treinamento e adestramento. A partir do final dos anos 80, começa a defesa, em alguns setores mais dinâmicos, de uma escola básica:

- a FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo, organização que representa idéias conservadoras dos empresários de São Paulo, lamenta os riscos de investir em novas bases tecnológicas sem ter mão-de-obra especializada e retoma a tese do Capital Humano - uma sólida educação básica geral é elemento central para nova estratégia industrial (IEDI, 1992);
- no documento *Educação Fundamental e Competitividade Empresarial - Uma Proposta para o Governo*, coordenado por João Batista Araújo e Cláudio de Moura Castro, por solicitação de Herbert Levy, da *Gazeta Mercantil* e da *Fundação Bradesco*, está dito que escola básica é um dever fundamental do Estado e ainda apresenta diferentes formas pelas quais as empresas podem colaborar com o poder público na educação;
- Antonio E. de Moraes, o maior empresário da indústria nacional, exclama: Educação, pelo amor de Deus! Não é possível que Coréia, Hong Kong, Japão, México e Venezuela tenham respectivamente 94%, 69%, 96%, 55%, 45%, de seus jovens cursando o segundo grau e que este índice no Brasil chegue somente a 35%. (Folha de São Paulo, 20.06.93 p.a.)

Outros estudos, como os de Paiva (1989) e de Neves (1993), apontam para mudanças na visão dos empresários para poderem situar no interior das transformações que o processo produtivo internacional experimenta e os desdobramentos em termo da competitividade e relação de trabalho.<sup>10</sup>

Este novo contexto internacional, caracterizado por inovações tecnológicas, mudanças de paradigmas e políticas de ajuste, ao mesmo tempo que diminuem a necessidade quantitativa do trabalho vivo, aumentam sua necessidade qualitativa. O capital necessita do saber do trabalhador com um nível de capacitação maior, mais escolaridade. Portanto, é com base nestes elementos que se desenvolvem as propostas educativas para a América Latina e, até mesmo, para todo o Mundo.

Uma das características do neoliberalismo é transformar as questões políticas em questões técnicas. No sistema de educação, tal característica se encontra em destaque no discurso da qualidade total no ensino. Como recorda Mariano Enguita, o predomínio numa expressão nunca é neutro. A problemática da qualidade esteve sempre presente no mundo da educação e do ensino, mas nunca com este grau de centralização.

Os debates sobre a qualidade da educação foram cada vez mais tomando a forma dos debates do âmbito empresarial não se distinguindo da

---

<sup>10</sup> FRIGOTO, G.(1994), Idem.

lógica mercantil, que caracteriza os critérios pelos quais é medida e avaliada a qualidade no mundo dos negócios.

No Brasil, uma das experiências que vem sendo desenvolvida é o programa *Escola de Qualidade Total*, por Cosete Ramos, coordenadora do *Núcleo Central da Qualidade e Produtividade*. Este programa resume grande parte das características centrais dos programas de *Total Quality Control*, aplicados em algumas instituições de ensino dos EEUU. A Autora defende que uma solução possível para a crise educacional do País se encontra na concepção de um modelo brasileiro de Escola de Qualidade Total. Segundo Ramos, isto será possível quando definido um pacto de qualidade entre alunos, professores, dirigentes, técnicos, pessoal administrativo do setor educacional, pais e a sociedade como um todo.<sup>11</sup>

É um programa caracterizado pelo sentido micro institucional. Basicamente, consiste na aplicação dos 14 pontos de Deming, complementados com os princípios de William Glasser, divulgador das idéias daquele Autor no campo do ensino.<sup>12</sup>

Para Cosete, chegando a qualidade numa sala de aula, esta qualidade será transmitida para toda a escola. Para ela, na medida que a qualidade se torne fundamental aos trabalhos dos cursos, os estudantes ficarão satisfeitos com o que fazem e tal satisfação será transmitida aos demais. Esta é uma formulação que não considera nenhum contexto sócio político e resume tudo a boa vontade dos professores e diretores para instalar, criar e reproduzir as condições institucionais da qualidade em suas escolas.

Os *Pactos de Qualidade* são apresentados como formulação discursiva não possuindo nenhuma comprovação empírica. Quando a Autora se refere em superar as barreiras, fica claro que existem outros elementos presentes em tais propostas. Para ela, o sujeito do isolamento pedagógico é o professor, na medida que este mestre fale para seus alunos e não consiga se fazer entendido. Sobre a política, ou o conflito na escola, a idéia é de que são apenas fatores que diminuem a livre ação dos atores educacionais. Os sindicatos, chamados pela Autora de *grupos informais*, podem exercer uma barreira quando surgem com o objetivo de defesa dos servidores contra os administradores.

Completando a transposição da experiência empresarial para o ensino, estão as diversas tentativas de medições do sistema educacional, das escolas, dos professores etc. Em função do resultado de tais medições, surgem

---

<sup>11</sup> RAMOS, Cosete. *Excelência na educação - A escola de qualidade total*. Qualitymark, Rio de Janeiro, 1992.

<sup>12</sup> GLASSER, William. *Escola de qualidade*. *Revista Phi Delta Kappan*, vol.71, nº 6, fev.1990.

distintas propostas de financiamento e apoio às escolas, ampliação ou redução de professores, mudanças dos diretores, experiências de cooperativas educacionais etc. No entanto, isto não é tão fácil como querem fazer crer alguns técnicos; não é simplesmente uma questão de listagem de números e dados e os critérios de avaliação, também, não são neutros. É necessário saber o que se entende por qualidade e, também, perguntar: qualidade para quem? O próprio Informe Internacional da OCDE reconhece que

O modo em que se empregam os dados para ilustrar o debate sobre os níveis depende fundamentalmente não só da interpretação adotada como também das ideologias e valores educacionais.<sup>13</sup>

A qualidade é uma meta buscada por todos, mas, quando se refere a uma mudança das metas quantitativas para as qualitativas, deixando de lado a universalização do ensino, significa que não é o melhor para todos mas para uns poucos e igual ou pior para os demais.

O debate sobre qualificação em países da Europa, onde a escolarização já passou pela primeira etapa, ou seja, a da universalização, e agora está se propondo a uma segunda, é distinto do mesmo debate em países como o Brasil, onde o ensino ainda não foi democratizado na prática.

Em alguns Estados europeus, como é o caso da Espanha, este debate está presente, existe um descontentamento com (...) *a orientação e o cansaço frente a uma reforma que não funciona, necessita de financiamento e existe desconhecimento do mapa dos centros de qualidade* (...) <sup>14</sup>. Contudo, é bom que se destaque que, além de não existir unanimidade com relação a tal temática, isto acontece numa sociedade na qual existe uma escolarização universal e as reformas compreensivas de maior ou menor amplitude garantem à maioria da população o acesso a níveis de ensino até pouco reservado apenas a uma minoria e as portas para o acesso a níveis superiores estão potencialmente abertas.

Portanto, a diferença básica é que, no Brasil, da mesma forma que em muitos países da América Latina, tal debate se desenvolve quando a situação educacional apresenta um quadro que envergonha a quem se pretende firmar no contexto internacional como nação democrática aberta aos desafios deste final de século.

---

<sup>13</sup> *Escuelas y calidad de la enseñanza - Informe internacional OCDE, 1991, MEC y Paydós, Barcelona.*

<sup>14</sup> COCO, In: *El Mundo*, 18-m1y-1994.

**Alfabetização e nível de escolarização da população de cinco anos ou mais, Brasil - 1990**

Anos	Alfabetização: sabem ler e escrever (%)			
	Brasil	Mulheres	Rural	Nordeste
5 anos ou mais	76	77	58	57
10 a 14 anos	86	89	70	67
60 ou mais	56	53	32	44

  

Anos	Nível de escolarização obtido			
	Brasil	Mulheres	Rural	Nordeste
Total (mil)	113.629	58.373	28.011	31.614
um ou mais	82	82	65	65
dois ou mais	77	77	57	57
três ou mais	68	70	46	48
quatro ou mais	59	60	34	39
cinco ou mais	41	42	17	28
seis ou mais	33	34	11	22
sete ou mais	29	30	9	19
oito ou mais	25	26	7	16
nove ou mais	18	19	4	12
12 ou mais	6	6	4	12
Total (%)	100	100	100	100

Fonte: Fundação IBGE, *Anuário Estatístico*, 1992

Na luta por hegemonia, o neoliberalismo tira vantagens da compreensão e domínio das técnicas de manipulação do afeto, do desejo e do conhecimento. A manipulação dos media eletrônicos tem ajudado a transformar falácias em verdades e desconhecidos em líderes de massa, e mudar em pavor o que antes poderia ter sido chamado de conquistas sociais.<sup>15</sup>

A publicidade permanente e os pronunciamentos repetidos com a certeza de quem se legitima por afirmar o que dizem já ser verdade em todo o mundo, vão endeusando o mercado e demonizando o Estado. Collor de Melo, no Brasil, Berlusconi, na Itália, e Mário Conde, na Espanha, são exemplos do que a propaganda moderna pode fazer em termos de liderança política, dos

<sup>15</sup> SILVA, Tomaz Tadeu. *A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia*. In: GENTILI, P. e SILVA, Tomaz T. (Org). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Vozes, Petrópolis, 1994.

riscos de manipulação autoritária presentes na utilização destes mecanismos e das questões éticas presentes na relação média-cidadania.

É verdade que o capital necessita do saber do trabalhador com um nível de capacitação teórica mais elevado e que isto significa mais tempo de escolaridade e melhor qualidade do ensino. Todavia, também é verdade que em tal contexto um maior tempo de escolaridade e melhor qualidade de ensino se faz dentro dos parâmetros da produtividade e eficiência empresarial. Neste âmbito, se tornam evidentes os limites e contradições destas reivindicações por mais e melhor educação. Nos países da América Latina, como no caso brasileiro, um fato real é a subordinação da educação aos interesses empresariais, sendo, portanto, mais um mecanismo de exclusão social.

Através da publicidade continuada, tenta-se inculcar na sociedade a existência de uma necessidade de reforma educacional para solucionar o problema da concorrência internacional, significando dizer com isso que o País não melhora por culpa de seu sistema educacional. Todavia, como diz Mariano Enguita, ao insistir que o ajuste entre emprego e educação, entre o que o sistema de ensino gera e o que o mundo empresarial requer, é o mesmo que afirmar ser o desemprego culpa das pessoas que não souberam adquirir a educação adequada ou dos poderes públicos que não souberam oferecer o que o mercado necessita. No entanto, como diz Enguita, nunca se volta à crítica para as empresas, mesmo sendo elas que tomam decisões sobre investimentos, empregos e organização dos processos de trabalho.<sup>16</sup>

A subordinação é feita por meio dos conteúdos, da gestão dos processos educativos e até pelo controle proprietário do que pretendem que sejam os centros educacionais de qualidade. A demanda real de mais conhecimento se confronta com o tamanho do mercado e com a lógica do lucro.

Enquanto os grandes jornais, de circulação nacional, fazem campanha por profissionais com elevado nível de flexibilidade, versatilidade, espírito de liderança e orientação globalizada, o interesse destes setores a que esses periódicos representam se torna evidente quando da votação de uma nova Lei de Diretrizes e Base para a Educação.

No Congresso Nacional os empresários brasileiros, pessoalmente ou através de seus representantes, se manifestam: 1) favoráveis a uma terminalidade de somente cinco anos; 2) a manutenção do sistema técnico industrial como um enclave do sistema educacional e subordinado ao controle

---

<sup>16</sup> ENGUITA, Mariano Fernandez. *O discurso da qualidade e a qualidade do discurso*. In: GENTILI, P. e SILVA, Tomaz T. (Org). *Neoliberalismo, qualidade e educação*. Vozes, Petrópolis, 1994.

dos empresários. Eles não concordam com a proposta de uma gestão compartilhada entre Estado, empresários e trabalhadores; e 3) também, não aprovaram a liberação de duas horas dos trabalhadores jovens e adultos que trabalham e estudam.

Frente a tal investida algumas questões urgentes estão colocadas para os educadores brasileiros e latino-americanos.

A escola pública tem que ser pensada na atualidade sobre dois aspectos: um primeiro, que vem sendo tratado exaustivamente pela teoria crítica, em que devem ser combatidas a prática reprodutivista da escola e a abordagem academicista que a descontextualiza de toda uma vida real; e outro, configurado numa crítica mais atual, não podendo concordar com a visão neoliberal que, além de procurar continuar submetendo a educação a seus interesses, procura deslocá-la da esfera pública para o espaço privado do consumo e da "escolha".

O nexos íntimo e estreito entre educação e identidade social, entre escolarização e subjetividade, como bem lembra Silva<sup>17</sup>, é assegurado precisamente pelas experiências cognitivas e afetivas corporificadas no currículo.

Cientes desta importância do currículo, os defensores de uma reforma educacional, que tenha por base os interesses do mundo empresarial, procuram introduzir na educação institucionalizada mecanismos de controle e regulação próprios da esfera da produção e do mercado, como se evidencia no debate sobre Gestão da Qualidade Total.

Por outro lado, está se tornando cada vez mais necessário que os educadores compreendam o atual contexto em que se realizam tais debates; que reflitam sobre os novos paradigmas que estão postos no embate político, econômico e social; que procurem fazer uma leitura mais aprofundada dos dados apresentados sobre o mercado de trabalho em sua cidade, país e continente; enfim, que procurem incorporar ao currículo componentes resultantes das transformações vividas pela sociedade atual. Uma educação comprometida com a cidadania tem de obrigatoriamente, ver refletida no currículo não só uma formação politécnica como também os avanços do movimento social em questões como a de gênero, de raça e de classe.

---

<sup>17</sup> SILVA, Tomaz Tadeu. *Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna* (no prelo)